



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 105/2024-G4P/ML

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 00600-00006327/2022-31

EMENTA: 1. REPRESENTAÇÃO Nº 9/2022-G4P/ML. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE **TRANSPORTE ESCOLAR**. CONTRATOS Nºs 1/2021, 7/2021 E 44/2021. SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA – TCB E GP SILVA TRANSPORTE EIRELI ME. DECISÃO Nº 2.740/2022. **CONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO**. CONCESSÃO DE PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO DA TCB E DA CONTRATADA. DETERMINAÇÃO À SEE/DF. DESPACHO SINGULAR Nº 35/2023-GC/PT. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE **INSPEÇÃO**. DESPACHO SINGULAR Nº 142/2023-GCPT. ENVIO DO **RELATÓRIO PRÉVIO** DE INSPEÇÃO PARA CONHECIMENTO E MANIFESTAÇÃO DA TCB, DA SEE/DF E DA GP SILVA TRANSPORTE EIRELI ME. COMPARECIMENTO DA EMPRESA PÚBLICA E DO ÓRGÃO DISTRITAL PARA APRESENTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS. **NESTA FASE**. ELABORAÇÃO DO **RELATÓRIO FINAL DE INSPEÇÃO** E ANÁLISE DE **MÉRITO DA REPRESENTAÇÃO**.
2. UNIDADE TÉCNICA SUGERE A **PROCEDÊNCIA** DA PEÇA INAUGURAL. DETERMINAÇÕES À TCB.
3. PARECER **CONVERGENTE** DO MPC/DF, **COM ACRÉSCIMO**.

1. Os presentes autos foram constituídos para albergar o exame da Representação nº 09/2022-G4P/ML (peça 11 – e-DOC 3A6444AF), versando sobre possíveis irregularidades na execução do **serviço de transporte de alunos** realizado pela GP Silva Transporte EIRELI ME para as Escolas Classes 16, 45 e 52 de Taguatinga, 419, 425 e Escola Classe Guariroba de Samambaia

2. Na peça indicada, após exame de diversas denúncias, documentos, fotos, áudios de alunos e de seus responsáveis com relação a falhas na execução do serviço de transporte de escolares por parte da GP Silva Transporte EIRELI ME, realizados em razão dos Contratos nºs 01/2021, 07/2021 e 44/2021, celebrados entre a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA – TCB e a referida empresa individual de responsabilidade limitada, o MPC/DF identificou as seguintes **ocorrências**:

- i) alunos esquecidos na escola e nas paradas de ônibus;
- ii) veículos em péssimo estado de conservação (ônibus sujos, pneus carecas etc.);
- iii) superlotação;
- iv) veículos sem cintos de segurança;
- v) atrasos no pagamento dos funcionários da empresa;
- vi) veículos escolares circulando sem autorização do DETRAN/DF; e
- vii) negligência no acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços dos contratos de transporte escolar.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

3. Movido pela inicial oferecida pelo MPC/DF, ao apreciar o feito na Sessão Ordinária nº 5.305, de 6/7/2022, o Tribunal proferiu a **Decisão nº 2.740/2022** (peça 18 – e-DOC E239D341), nos seguintes termos:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I – conhecer da Representação nº 9/2022-G4P/ML e anexos (peças 1 a 11), devido ao atendimento dos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 230 do Regimento Interno desta Corte; II – determinar, com esteio no art. 230, § 9º, c/c o art. 248, V, do RITCDF: a) à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA. – TCB que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente: 1. os esclarecimentos que entender pertinentes sobre o teor da representação em apreço; 2. cópia integral dos processos que deram origem aos Contratos nºs 7/2021, 1/2021 e 44/2021, dos autos relacionados à fiscalização das avenças por parte dos executores dos contratos, bem como de eventuais processos instaurados na jurisdição, de ofício ou em razão de recebimento de denúncias, que tenham como objeto a má-prestação de serviços alusivos a esses ajustes; b) à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia integral de processos instaurados na jurisdição, de ofício ou em razão de recebimento de denúncias, que tenham como objeto a má-prestação de serviços alusivos aos Contratos nºs 7/2021, 1/2021 e 44/2021, celebrados entre a TCB e a empresa GP Silva Transporte EIRELI ME; III – conceder prazo de 30 (trinta) dias à empresa G P Silva Transporte EIRELI ME para que, caso queira, se manifeste sobre os fatos informados nos correntes autos; IV – autorizar: a) o encaminhamento de cópia da representação e dos respectivos anexos (peças 1 a 11), da Instrução, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA. – TCB, à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, bem como à empresa GP Silva Transporte EIRELI ME; b) a ciência desta decisão ao representante; c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade, para os devidos fins.”** (Grifos acrescidos).*

4. Em atenção ao deliberado pelo Tribunal, a TCB apresentou manifestação por meio do Ofício nº 853/2022 – TCB/PRES (peça 39 – e-DOC D72339F2). Por sua vez, a SEE/DF prestou os esclarecimentos demandados pela Corte de Contas do Distrito Federal por meio do Ofício nº 872/2022 – SEE/SECEX (peça 40 – e-DOC 4D68B00B).

5. Por outro lado, os presentes autos **revelam tentativas infrutíferas** de comunicar a GP Silva Transporte EIRELI – ME acerca da prolação da Decisão nº 2.740/2022 (peças 29 – e-DOC 9A771C89 e 43 – e-DOC 3292E9DA). Apesar dos esforços empreendidos, o representante legal da pessoa jurídica não foi localizado.

6. Vale acrescentar que, posteriormente ao conhecimento da Representação, o Ministério Público de Contas recebeu **novas denúncias** atinentes ao tema tratados nos presentes autos, as quais foram agregadas ao feito em razão dos Ofícios nº 520/2022 – MPC/PG (peça 26 – e-DOC A0DE9F93) e 30/2023-MPC/PG (peça 50 – e-DOC 5F76F08E).

7. Por sua vez, antes do exame de mérito da Inicial, de modo a obter elementos adicionais para instrução dos autos, o Relator do Processo, o i. Conselheiro **Paulo Tadeu**, autorizou a realização de **inspeção** no âmbito dos Contratos nºs 01/2021, 07/2021 e 44/2021, nos termos do Despacho Singular nº 35/2023 – GCPT (peça 66 – e-DOC F58DDE81).

8. Posteriormente, seguindo o rito aplicável à espécie, o Relator do feito, consoante o Despacho Singular nº 142/2023 – GCPT (peça 136 – e-DOC 47ED4F45), **determinou** o envio de



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

cópia do **Relatório Prévio de Inspeção** para conhecimento e manifestação da TCB, da SEE/DF e da GP Silva Transporte EIRELI ME.

9. As comunicações de praxe foram efetivadas pelos Ofícios nºs 8.915/2023 (peça 137 – e-DOC E21B5D45), 8.916/2023 (peça 139 – e-DOC 3BE4380B) e 8.917/2023 (peça 141 - 86597733), endereçados, respectivamente, à GP Silva Transporte EIRELI ME, à TCB e à SEE/DF.

10. Em cumprimento ao decidido no Despacho Singular nº 142/2023 – GCPT, a TCB juntou aos autos o Ofício nº 741/2023 – TCB/PRES (peça 148 – e-DOC 01DD3514). A SEE/DF também compareceu aos autos para apresentação de esclarecimentos (peça 151 – e-DOC 7A10BC0D). Por outro lado, a GP Silva Transporte EIRELI ME, apesar de regularmente informada do inteiro teor do Despacho Singular nº 142/2023 – PT, deixou transcorrer **in albis** o prazo consignado na citada deliberação monocrática.

11. Munida dos elementos coligidos aos autos, inclusive dos resultados da verificação preliminar realizada nos Contratos nºs 1, 7 e 44/2021, o Corpo Técnico elaborou o Relatório Final de Inspeção nº 01/2024 (peça 157 – e-DOC 66002D95). Na mencionada peça, a Unidade Técnica reputou como **insatisfatórios** os esclarecimentos agregados ao processo, concluindo pela **procedência** da Representação nº 9/2022-G4P/ML e pela necessidade de emissão de **determinações à TCB**.

12. Assim, ao final da peça instrutiva, sugeriu-se ao Plenário:

I. tomar conhecimento:

- a. deste Relatório Final de Inspeção nº 01/2023;*
- b. da Matriz de Achados;*
- c. das manifestações das jurisdicionadas e da empresa G P Silva (peças 150, 151 e 155) em atendimento ao Despacho Singular nº 142/2023 - GCPT e dos documentos acostados na aba 'Associados';*

II. considerar procedente a Representação 09/2022 – G4P/ML (peça 11);

III. determinar à TCB - Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília que, no prazo de 30 dias:

- a. adote as providências necessárias para que a empresa G P Silva corrija as deficiências apontadas nos veículos do Contrato nº 44/2021, priorizando aquelas que comprometam a segurança dos estudantes;*
- b. com base nas prerrogativas punitivas (previstas no encarte C dos editais dos pregões), indique ao Departamento de Trânsito – DETRAN-DF os veículos que oferecem alto risco de segurança aos alunos para que sejam adotadas as providências cabíveis a cada caso;*
- c. intensifique as medidas corretivas em resposta às denúncias sobre a qualidade dos ônibus e a prestação de serviços, perquirindo de modo célere a responsabilização da contratada, quando for o caso, e aplicando as devidas penalidades.*

IV. autorizar:

- a. a remessa do presente Relatório às jurisdicionadas e à empresa G P Silva;*
- b. o retorno dos autos à SEGEM para as providências cabíveis.” (Grifos acrescidos).*

13. Em conformidade com Manual de Auditoria e demais fiscalizações – Parte Geral (Título V, Capítulo I), aprovado pela Resolução nº 340/2020 do TCDF, o Relatório Final de Inspeção foi apresentado por meio da Informação nº 2/2024 – DIGEM3 (peça 158 – e-DOC D11DEC91), sendo aprovado pelo Diretor da DIGEM3 (peça 159 – e-DOC 029B21A0) e, posteriormente, pelo Secretário de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (peça 160 – e-DOC D7A13080).



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

14. Os autos foram, na sequência, remetidos ao Gabinete do Relator e, após, encaminhados ao MPC/DF para emissão de Parecer, nos termos do Despacho Singular nº 15/2024 – GCPT (peça 161 – e-DOC 5FFD21A3)

15. **É o relato. Passa o MP de Contas passa a opinar.**

16. Inicialmente, informa-se que a presente etapa processual se presta ao exame dos esclarecimentos oferecidos pela TCB e pela SEE/DF em cumprimento ao deliberado no Despacho Singular nº 142/2023 – GCPT (peça 136 – e-DOC 47ED4F45). Tais informações subsidiaram a elaboração do Relatório Final de Inspeção nº 01/2024 e propiciam que o Tribunal debruce seu exame sobre o **mérito da Representação nº 9/2022-G4P/ML** (peça 11 – e-DOC 3A6444AF).

17. Quanto ao mérito da peça vestibular, rememore-se que a peça relatou indícios de falhas na execução dos Contratos nºs 01/2021, 07/2021 e 44/2021, firmados entre a TCB e a GP Silva Transporte EIRELI ME, especialmente:

- i) alunos esquecidos na escola e nas paradas de ônibus;
- ii) veículos em péssimo estado de conservação (ônibus sujos, pneus carecas etc.);
- iii) superlotação;
- iv) veículos sem cintos de segurança;
- v) atrasos no pagamento dos funcionários da empresa;
- vi) veículos escolares circulando sem autorização do DETRAN/DF; e
- vii) negligência no acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços dos contratos de transporte escolar.

18. Na instrução do feito, a **inspeção** realizada pelo Corpo Técnico com o objetivo de obter subsídios para avaliar a procedência e o mérito da Representação nº 09/2022 – G4P/ML, cujos resultados foram apresentados no Relatório Final de Inspeção nº 01/2024 (peça 157 – e-DOC 66002D95), **confirmou** a plausibilidade dos fatos e os fundamentos apresentados na manifestação Ministerial que deu azo à constituição do feito.

19. As conclusões da Terceira Divisão de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade foram balizadas nas respostas das seguintes questões de inspeção:

Questão de inspeção nº 1: A execução do serviço pela empresa G P Silva está em conformidade com os dispositivos legais e contratuais? e

Questão de inspeção nº 2: A TCB adotou medidas preventivas e corretivas quanto às denúncias apresentadas?

20. Nesse particular, com esboço nas análises e evidências, inclusive mediante fiscalização **in loco** realizada na garagem da contratada e análise documental, os **quesitos** elaborados para condução dos trabalhos resultaram nos seguintes **achados de inspeção**:

Achado de inspeção nº 1.1: A prestação do serviço e a condição dos veículos **não se encontram em conformidade com os dispositivos legais e contratuais**; e

Achado de inspeção nº 2.1: **Deficiências** no controle, fiscalização e aplicação de penalidades relacionadas à prestação de serviços e às condições dos veículos empregados.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

21. De fato, observa-se que as conclusões alcançadas pela equipe de auditoria **vão ao encontro** dos indícios apresentados na inicial oferecida pelo Ministério Público de Contas, sendo imperioso o reconhecimento da **procedência** da inaugural.

22. Sem embargo, quanto aos resultados da fiscalização e ao mérito da Representação nº 09/2022-G4P/ML, o **Parquet** de Contas considera oportuno apresentar a síntese dos argumentos manejados pelos interessados e o posicionamento externado pelo Corpo Técnico no Relatório Final de Inspeção apresentado pela DIGEM3, seguidos da correspondente manifestação deste Representante Ministerial:

“2. Objetivo e questões de inspeção

23. *O objetivo do presente trabalho foi obter subsídios a fim de avaliar a procedência e o mérito da Representação nº 09/2022 – G4P/ML do MPjTCDF sobre os Contratos nºs 01/2021, 07/2021 e 44/2021, firmados entre a TCB e a empresa G P Silva Transporte EIRELI ME, CNPJ nº 26.079.228/0001-02. Para isso, a equipe elaborou as seguintes questões de inspeção:*

1) A execução do serviço pela G P Silva está em conformidade com os dispositivos legais e contratuais?

2) A TCB adotou medidas preventivas e corretivas quanto às denúncias apresentadas?

3. Escopo

24. *O escopo inicialmente previsto para esta inspeção foi a prestação do serviço de transporte escolar realizado pela empresa G P Silva objeto dos Contratos nºs 01/2021, 07/2021 e 44/2021.*

25. *No entanto, não foi possível inspecionar a prestação do serviço objeto do Contrato nº 01/2021, uma vez que o ajuste está com os itinerários suspensos desde setembro de 2022. Diante disso, a análise da execução desse contrato se ateve à documentação que a empresa deveria enviar à TCB.*

26. *Em relação aos Contratos nº 07/2021 e 44/2021, além da análise documental, a equipe foi a campo a fim de avaliar as condições dos veículos e a qualidade do serviço prestado*

27. *Portanto, pôde-se avaliar a regularidade de todos os veículos dos Contratos nº 07/2021 e 44/2021, e os itinerários do Contrato nº 07/2021, sendo que o percurso atende a Escola Classe 26 de setembro. Quanto ao Contrato nº 44/2021, a equipe não realizou o acompanhamento dos itinerários em função da falta de reclamações e denúncias sobre a qualidade do serviço nessa região.*

4. Metodologia

28. *A fim de obter evidências para verificar a procedência das denúncias, a equipe realizou o exame dos documentos requisitados nas Notas de Inspeção nº 1 e 5. A técnica do exame documental foi usada para verificar se a empresa apresenta, tempestivamente, a documentação obrigatória em conformidade com os dispositivos legais e contratuais.*

29. *Além disso, com o uso de checklists, foi utilizada a técnica de verificação in loco para averiguar tanto as condições dos veículos quanto a qualidade do serviço prestado.*

5. Critérios

30. *Os dispositivos que serviram como critérios foram extraídos das cláusulas constantes dos Termos de Referência e do Encarte C, partes integrantes dos Contratos. Além disso, foram considerados os artigos pertinentes do Regimento Interno de Licitações e Contratos da TCB, da Resolução CONTRAN nº 912 de 28/03/2022, da Lei nº 9.503/1997, do Decreto Distrital nº 37.332/2016 e da Instrução nº 539, de 1º de setembro de 2022 do DETRAN-DF.*

6. Volume dos recursos fiscalizados

31. *O montante de recursos fiscalizados foi de R\$ 16.270.601,95 (dezesesseis milhões duzentos e setenta mil seiscentos e um e noventa e cinco centavos), correspondente ao valor estimado para 30 meses de vigência dos Contratos nº 01/2021, 07/2021 e 44/2021, conforme informações contidas nos respectivos Termos de Referência.*



Ministério Público do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

7. Benefícios esperados da fiscalização

32. Espera-se que, com a implementação das proposições, o serviço seja executado com a qualidade avençada nas licitações e que os estudantes recebam um serviço digno, condizente com a relevância do serviço prestado e que garanta a segurança necessária ao transporte dos alunos.

III. RESULTADOS DA FISCALIZAÇÃO

1. Questão de inspeção nº 1: A execução do serviço pela empresa G P Silva está em conformidade com os dispositivos legais e contratuais?

Não. Observou-se veículos que atendem ao transporte escolar com **estado de conservação e limpeza precários**. Ademais, constatou-se que alguns deles **desrespeitam as normas de segurança, apresentando cintos de segurança danificados ou até mesmo faltantes**, além de **extintores de incêndio com validade expirada**. Durante o acompanhamento de um trajeto escolar, a equipe deparou-se com **superlotação dos ônibus**, ocasião em que alguns estudantes não tinham lugar para se sentar. Por fim, notou-se que a contratada **não apresentou alguns documentos exigidos nos termos de referência**, tais como CRLVs e comprovantes de FGTS, INSS, salários e benefícios.

1.1. Achado de inspeção nº 1.1: A prestação do serviço e a condição dos veículos não se encontram em conformidade com os dispositivos legais e contratuais.

1.1.1. Critérios

33. A contratada deve executar os serviços com a qualidade avençada no termo de referência, no instrumento convocatório e no contrato.

34. Os veículos devem ser mantidos em bom estado de conservação e limpeza, com os itens obrigatórios de segurança e em conformidade às especificações dos termos de referência – TR.

35. Ademais, o Código de Trânsito Brasileiro (Lei n.º 9.503/1997), em seus artigos 136 e 137, estabelece exigências a serem observadas pelos condutores de veículos destinados à condução coletiva de escolares. E o Decreto Distrital n.º 37.332/2016 estabelece as exigências aplicáveis às empresas que desejem explorar o serviço de transporte escolar no âmbito do DF.

36. Legislação aplicável:

- Arts. 136 e 137 da Lei n.º 9503/1997 – CTB;
- Arts. 18 e 19 do Decreto Distrital n.º 37.332/2016;
- Itens 12.1.1, 12.1.7, 12.1.9, 12.1.11, 12.1.15, 12.1.16, 12.1.17, 12.1.30, 12.1.31 e 12.1.35 dos termos de referência;
- Art. 74 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da TCB;
- Art. 2º da Resolução CONTRAN n.º 912 de 28/03/2022;
- Instrução n.º 539, de 1º de setembro de 2022, do Detran-DF.

1.1.2. Análises e evidências

Inspeção in loco

37. A fiscalização in loco foi realizada na garagem da contratada e no acompanhamento dos itinerários do Contrato nº 07/2021 na Colônia Agrícola 26 de setembro. A amostra abrangeu **24 veículos e 2 itinerários**. Do trabalho de campo, verificou-se que:

- 15 apresentavam um **mau estado de conservação**;
- 9 possuíam **cintos de segurança faltando ou danificados**;
- 5 estavam em **condições ruins de limpeza**;
- 2 desrespeitavam a cláusula que trata da **capacidade mínima permitida**;
- 2 estavam **sem extintor de incêndio ou sem o selo de verificação da validade da carga do extintor**.

38. Ressalta-se que o veículo de placa FTZ 8F64, alocado ao Contrato nº 07/2021 e que percorre o itinerário H.7.A, foi vistoriado duas vezes em períodos distintos. A primeira fiscalização foi realizada em 28.04.2023 e a segunda data de 06.07.2023. Constatou-se que não houve melhorias tanto no veículo quanto na prestação do serviço nesse período.

39. **Condições inadequadas dos cintos de segurança:** Em 38% dos veículos, identificamos que os **cintos de segurança estavam faltando ou danificados**. Além disso, quando do



Ministério Público do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

*acompanhamento do itinerário H.7.B, alguns cintos usados se encontravam alargados, distantes dos corpos das crianças, comprometendo a eficácia na proteção dos passageiros. A situação é exemplificada na foto a seguir, que ilustra a **situação precária verificada no estado dos cintos nos diversos ônibus avaliados.***

(...)

40. **Superlotação:** *Verificou-se uma situação de superlotação no itinerário H.7.B, com 48 estudantes sendo transportados num ônibus com capacidade para 44 passageiros. Além disso, constatou-se que faltaram oito alunos no dia da fiscalização, o que sugere um excesso de ocupação ainda maior em dias de plena frequência.*

41. *A figura a seguir ilustra uma das situações encontradas em que há 6 crianças ocupando 5 assentos, todas sem a utilização do cinto de segurança.*

(...)

42. *Também na foto a seguir pode-se perceber outro exemplo em que há três crianças em dois assentos, com uma das crianças sentada no chão do veículo.*

43. **A insuficiência de ônibus em relação à quantidade de alunos sugere falta de planejamento adequado pela TCB e pela Secretaria de Estado da Educação.** *O controle adequado dos itinerários deve ser feito a fim de garantir a disponibilidade de veículos suficientes para atender a demanda pelo serviço no local.*

44. **A gestão dos itinerários e das listas de alunos não foi realizada de forma a adequar a quantidade de alunos em cada ônibus pela Unidade Regional de Infraestrutura e Apoio Educacional (UNIAE) de Taguatinga, justificando o problema pela abertura de novas turmas da Escola Classe 26 de Setembro ao decorrer do ano de 2023.**

45. *Ainda, nesse processo, foram verificadas **respostas intempestivas da TCB e da UNIAE às demandas da SEEDF.** A primeira solicitação foi enviada pela Secretaria da Escola 26 de Setembro à UNIAE em 04.04.2023. A UNIAE respondeu a essa solicitação em 13 de abril de 2023, requerendo à Escola a lista de novos alunos com os respectivos termos. Após a entrega da lista de alunos, a UNIAE informou em 17.05.2023 à Gerência de Controle e Oferta do Transporte Escolar (GCOTE) da SEEDF sobre a necessidade da contratação de mais um ônibus.*

46. **Extintores de incêndio irregulares:** *Na visita à garagem da contratada, constatou-se um veículo utilizado no transporte escolar que **não possuía extintor de incêndio.** Além disso, foi verificado um veículo que, embora equipado com extintor, **não apresentava o selo de verificação da validade da carga,** impossibilitando a confirmação da validade do equipamento.*

47. *Dada a importância da segurança no transporte escolar, tais impropriedades são razão de preocupação. **A falta ou danificação de cintos de segurança, assim como a superlotação dos veículos, expõem os estudantes a riscos desnecessários, violando as normas estabelecidas para esse tipo de transporte. A ausência de extintores de incêndio e a impossibilidade de verificação da validade da carga do extintor em alguns veículos agravam o problema, pois podem comprometer a capacidade de resposta a eventuais acidentes e incêndios.***

48. *Por fim, a **situação de conservação e limpeza dos veículos também se mostrou inadequada.** A poeira do ônibus tende a sujar os uniformes dos estudantes, causando constrangimento às crianças ao chegarem à escola. Ademais, os veículos malconservados são mais propensos a falhas mecânicas, o que contribui para a situação encontrada de **atrasos na entrega das crianças nos locais de destino.***

Análise documental

49. *Da análise, verificou-se que:*

- 96% dos veículos descumpriam a cláusula que trata da idade máxima permitida;
- 16% dos veículos desrespeitavam a cláusula que trata da capacidade mínima permitida;
- um veículo foi utilizado na prestação do serviço e não estava identificado nas planilhas de itinerários.

50. *Ainda se constatou que **a empresa não apresentou:***



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

- 100% dos documentos que comprovem que os motoristas contratados não possuem antecedentes criminais, que os motoristas não são reincidentes em infrações médias durante os últimos doze meses e que os motoristas não cometeram nenhuma infração grave ou gravíssima;
- 100% dos comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), conforme o item 12.1.41 dos Termos de Referência;
- 92% dos certificados de comprovação de escolaridade exigidos dos motoristas e monitores;
- 64% das cópias das Carteiras Nacionais de Habilitação;
- 12% dos comprovantes de seguro dos veículos que indenizem danos materiais e pessoais e 4,5% dos apresentados não estavam vigentes;
- 4% das autorizações de tráfego emitidas pelo DETRAN-DF dos veículos.

51. No que se refere à idade da frota, item 4.1.2.1 dos Termos de Referência, como todos os contratos analisados foram assinados em 2021, **o ano mínimo de fabricação dos veículos deve ser 2014. No entanto, o que se viu na prática é a utilização de grande parte dos veículos com fabricação anterior a essa data.** E apenas 4% dos veículos registrados nas relações enviadas pela contratada cumprem essas condições.

52. Em relação à capacidade mínima permitida, **12% dos veículos possuem capacidade mínima inferior a 38 passageiros**, desrespeitando, assim, o item 4.1.2 dos Termos de Referência.

53. Durante a fiscalização no itinerário, a equipe de auditoria verificou um ônibus utilizado na prestação do serviço não identificado nas relações apresentadas pela TCB, descumprindo o item 12.1.2 dos Termos de Referência. Além disso, não foram apresentadas as cópias do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV, da apólice de seguro e das autorizações de tráfego desse veículo, contrariando os itens 4.1.2.2, 4.1.2.9 e 4.1.2.10 dos Termos de Referência.

54. Verificou-se que a contratada não apresentou 12% das cópias de apólices de seguro que indenizem danos materiais e pessoais e apresentou uma apólice de seguro com vigência expirada dos 25 veículos relacionados, descumprindo o item 4.1.2.9 dos Termos de Referência. Além disso, em desrespeito ao item 4.1.2.10 dos Termos de Referência, a empresa contratada não apresentou autorização de tráfego emitida pelo DETRAN-DF de um dos veículos relacionados. Quanto aos demais, as autorizações não estavam afixadas em locais visíveis nas partes internas dos veículos, em desacordo com o item 4.1.2.10 dos Termos de Referência.

55. Já em relação à documentação dos prestadores de serviço, a G P Silva não encaminhou os documentos que comprovam que os motoristas contratados não possuem antecedentes criminais, que não são reincidentes em infrações médias durante os últimos doze meses e que não cometeram nenhuma infração grave ou gravíssima, conforme o item 4.3.1.1. dos Termos de Referência. Ademais, a empresa contratada encaminhou apenas 36% das cópias das Carteiras Nacionais de Habilitação dos 25 motoristas relacionados e apenas 8% dos certificados de comprovação de escolaridade exigidos dos 50 prestadores de serviço relacionados, conforme os itens 4.3 e 12.1.3 dos Termos de Referência.

56. Por fim, considerando o item 12.1.41 dos Termos de Referência, não foram apresentados os comprovantes de pagamento dos salários e benefícios dos empregados relacionados ao Contrato nº 07/2021, nem Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal (art. 27 da Lei nº 8.036/9028) e nem Certidão Negativa de Débito emitida pelo INSS (art. 47 da Lei nº 8.212/9129), ou de documento definido como equivalente na regulamentação própria de cada órgão.

57. Assim, após análise da documentação obrigatória, conclui-se pela **prestação do serviço deficiente pela empresa G P Silva decorrente da falta do devido cumprimento das obrigações contratuais relacionadas, bem como a diversas irregularidades relacionadas aos veículos e apresentação de documentação dos profissionais.**



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

58. Vários problemas relacionados à má prestação do serviço do transporte escolar discorridos neste relatório foram tratados na auditoria de regularidade, nos autos do processo 00600-00005005/2022-74. **A despeito da G P Silva prestar um serviço com qualidade aquém das demais empresas, parte dessa qualidade inferior advém de falhas estruturantes relacionadas à fiscalização realizada pela TCB no âmbito dos Contratos n°s 01/2021, 07/2021 e 44/2021.** Esse assunto não foi esgotado na auditoria mencionada, e será melhor discorrido no Achado 2.1.

1.1.3. Causas

59. **A manutenção executada pela G P Silva nos veículos é inadequada e insuficiente.**

60. **A fiscalização realizada pela TCB é precária.**

61. **Insuficiência de veículos para atender a demanda de alunos.**

1.1.4. Considerações das jurisdicionadas

62. A TCB esclareceu, inicialmente, que durante a fase de inspeção conduzida pelo Tribunal de Contas, foram tomadas diversas ações que foram devidamente documentadas no Relatório Prévio de Inspeção.

63. Registrou que, após a rescisão unilateral do Contrato n° 07/2021, o serviço agora prestado pela empresa Essência (Contrato n° 15/2023) vem sendo realizado com a qualidade esperada, reduzindo consideravelmente as reclamações acerca das condições dos veículos e do serviço como um todo.

64. No que tange aos Contratos n° 01/2021 e 44/2021, informou que eles não serão renovados, devido à sanção aplicada à G P Silva de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a TCB por 12 (doze) meses. Dessa forma, informou que será necessário realizar um novo processo licitatório.

65. Também trouxe à baila a questão de superlotação do itinerário H.7.B. Relatou que, quando do trabalho de campo executado pelos auditores, tal itinerário atendia 48 (quarenta e oito) estudantes em um ônibus com capacidade para 44 (quarenta e quatro) passageiros. Alegou que tomou medidas para evitar tal situação e que tal itinerário atualmente é atendido pelo Contrato n° 15/2023, e conforme demonstrado pela planilha de frequência acostada aos autos, a quantidade de estudantes está em conformidade com a capacidade de lugares e quantitativo de veículos.

66. Ainda, afirmou que vem atuando em parceria com o DETRAN-DF na regularização documental dos veículos utilizados na prestação do serviço de transporte escolar. Para tanto, esclareceu que todos os veículos do Contrato 44/202132 estão com as autorizações de tráfego válidas. Destacou que as autorizações de tráfego são emitidas somente após a realização e aprovação das vistorias realizadas pelo DETRAN-DF.

67. Já em relação à regularização da frota do STCE/DF quanto à idade máxima permitida durante a prestação de serviço, afirmou que isso tem sido objeto de discussão desde o início da celebração dos contratos. No início da operação, as empresas solicitaram autorização para usar veículos com mais de 7 anos, justificando o cenário da pandemia COVID - 19 que trouxe como consequência a dificuldade em adquirir veículos dentro da faixa etária exigida no edital. No entanto, tal solicitação foi indeferida.

68. Assim, foram estabelecidos prazos para as contratadas apresentarem o saneamento de tais pontos, o que culminou, segundo a TCB, em renovação de 25% da frota operacional com veículos zero quilômetro, sendo um total de 51,04% dentro da idade permitida para os demais anos da operação.

69. A Secretaria de Educação, por sua vez, não trouxe novos fatos. Se ateu a dizer que, desde julho de 2023, a empresa **ESSENCIA SERVIÇO EM LOGÍSTICA EMPRESARIAL LTDA** passou a oferecer serviços de transporte na região de Taguatinga, em conformidade com o Contrato n° 15/2023, e que essa ação visa corrigir as irregularidades previamente identificadas.

70. Por fim, **a empresa G P Silva não se manifestou acerca do Relatório Prévio.**

1.1.5. Posicionamento da equipe de inspeção

71. O Despacho Singular n° 142/2023 encaminhou às jurisdicionadas e à empresa G P Silva o Relatório Prévio de Inspeção em 03.10.2023. A TCB pleiteou prorrogação de prazo



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

para se manifestar, o qual foi indeferido pelo Despacho Singular nº 159/2023, nos termos do § 2º do artigo 1º da Resolução TCDF nº 271/2014.

72. Tanto a manifestação da TCB (peça 150) quanto da G P Silva (peça 155) foram apresentadas intempestivamente (06.11.2023 e 28.11.2023 respectivamente). No entanto, em caráter excepcional, esses atrasos podem ser relevados em função do assecuramento dos princípios do contraditório e da ampla defesa. Quanto à SEEDF, a resposta foi apresentada dentro do prazo de 30 dias concedido, em 03.11.2023.

73. A manifestação da TCB tratou, em linhas gerais, de registrar **as medidas que vem tomando para regularização da frota do STCE/DF.**

74. No que tange aos contratos objetos de análise dessa inspeção, afirmou que o **problema de superlotação verificado no itinerário H.7.B foi resolvido.** Em análise dos documentos acostados aos autos, confirmou-se que atualmente **há menos alunos no itinerário do que a capacidade máxima permitida.** Desse modo, pode-se afastar a proposição feita para corrigir tal problema.

75. Quanto aos problemas de **descumprimento da idade máxima permitida dos veículos,** a TCB não especificou quais medidas tomou em relação aos veículos da G P Silva. Como essa inspeção tratou apenas dos ônibus dessa empresa, as justificativas sobre as medidas mais abrangentes serão tratadas na auditoria constante do processo 00600-00005005/2022-74.

76. Em que pese as autorizações de tráfego do Contrato nº 44/2021 estarem válidas, tal fato não afasta as irregularidades encontradas relacionadas aos itens obrigatórios de segurança. Verificou-se, em campo, que apenas um veículo não circulava com a autorização de tráfego, no entanto, problemas como falta de cinto de segurança e extintores de incêndio com a validade vencida estavam presentes em vários ônibus. Isso demonstra que o fato de o Detran ter realizado vistorias e aprovado os veículos não necessariamente reflete que eles estejam em conformidade com a legislação.

77. Por fim, nada mencionou acerca de solução da falta de apresentação dos documentos que comprovem que os motoristas contratados não possuem antecedentes criminais; dos comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); dos certificados de comprovação de escolaridade exigidos dos motoristas e monitores; e dos seguros do veículo.

78. Conclui-se que **as medidas tomadas não foram comprovadas ou não foram suficientes para sanear as irregularidades identificadas.** Assim, entende-se que a manifestação da jurisdicionada não foi suficiente para afastar o Achado, **sendo bastante para ensinar apenas a supressão da proposição acerca do problema de superlotação.**

79. Sugere-se que a TCB proceda à **regularização da frota do Contrato nº 44/2021,** exigindo que a contratada cumpra as cláusulas contratuais que tratam dos veículos e da prestação do serviço. Para mais, entende-se primordial que a jurisdicionada priorize a regularização, a princípio, dos veículos que possam comprometer a segurança e a saúde dos alunos, exigindo da contratada a correção dos problemas relacionados aos cintos de segurança e extintores de incêndio.

80. Após análise documental, ante a existência de reiterado descumprimento contratual por parte da empresa G P Silva, conclui-se pela necessidade de a TCB aprimorar os controles que tratam da regularidade das empresas. Sugere-se que ela regularize as pendências apontadas neste Relatório, cobrando e aplicando sanções contratuais, caso necessário, à prestadora de serviço.

81. À título de exemplificação, recomenda-se que sejam elaborados procedimentos padronizados de verificação de documentos pelos quais os executores possam se orientar. O controle sobre a cobrança de documentos enviados deve ser reforçado também, uma vez que a empresa pública pouco repreende as contratadas que desrespeitam os contratos, como será abordado no Achado 2.1 abaixo.” (Grifos acrescidos).

Questão de inspeção nº 2: A TCB adotou medidas preventivas e corretivas quanto às denúncias apresentadas?



Ministério Público do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

Parcialmente. Conforme constatado em auditoria de conformidade constante do Processo nº 00600-00005005/2022-74 e reforçado por essa inspeção, a TCB incorre em falhas de planejamento e execução, tais como inadequação de vistorias nos veículos e falta da aplicação de penalidades diante de reiterados descumprimentos ao termo de referência.

2.1. Achado de inspeção nº 2.1: Deficiências no controle, fiscalização e aplicação de penalidades relacionadas à prestação de serviços e às condições dos veículos empregados.

2.1.1. Critérios

82. Cabe à TCB, através de seus agentes credenciados, exercer permanente orientação, controle, fiscalização e aplicação das penalidades sobre o Serviço de Transporte Complementar Escolar - STCE/DF, intervindo, quando e da forma que for necessária, para assegurar-lhes a manutenção e a boa qualidade do serviço, conforme o Art. 5º do encarte C do edital.

83. Legislação aplicável:

- Item 11 dos Termos de referência;
- Instrução Normativa nº 05/2022.

2.1.2. Análises e evidências

84. A análise conduzida pela equipe de auditoria, documentada no processo 00600-00005005/2022-74, expôs um quadro deficiente de fiscalização por parte da TCB, qualificável como negligente e insuficiente. Naquela ocasião, procedeu-se à análise das atribuições designadas aos executores do contrato de transporte escolar. Essas responsabilidades englobam desde a verificação documental para pagamentos até a supervisão das rotas, vistorias nos veículos e a apuração de reclamações relacionadas aos contratos.

85. Verificou-se que o executor do contrato estabelece, de maneira discricionária, a quantidade e a periodicidade das fiscalizações in loco, sem a devida fixação de um cronograma específico, em desacordo com as disposições da Instrução Normativa nº 05/2022. Tal cenário compromete sua responsabilidade legal e as obrigações contratuais assumidas, evidenciando uma deficiência no planejamento da fiscalização por parte da jurisdição.

86. O Relatório Prévio de Auditoria³⁷ também apontou que a TCB não utiliza o Centro de Controle Operacional (CCO) para aferir a quilometragem dos itinerários. Mesmo com a instalação dos dispositivos de rastreamento e posicionamento nos veículos, a TCB não efetivou a ativação desse centro, que seria a maneira mais eficaz e eficiente de monitorar a localização e os percursos realizados pelos veículos.

87. Uma outra lacuna se encontra na falta de registros documentais relativos a possíveis inspeções presenciais realizadas. A justificativa de que a natureza mutável do serviço não exige a elaboração regular de laudos de vistoria, salvo quando são encontrados problemas, denota uma abordagem descuidada. É fundamental que a entidade adote uma abordagem mais diligente, coletando e documentando informações de maneira estruturada para garantir a observância dos deveres contratuais por parte da estatal, e para permitir que os órgãos de controle avaliem o desempenho do trabalho prestado pela entidade sujeita à sua jurisdição.

88. Durante a presente inspeção, ficou evidente que a TCB não detém em sua custódia todos os documentos estabelecidos como requisitos contratuais. Ao ser questionada pela equipe de inspeção sobre a guarda dos documentos da empresa G P Silva, a TCB justificou que "Os documentos solicitados nas últimas inspeções que não foram entregues, foram solicitados novamente e sem resposta por parte da Empresa. Com a ausência de resposta, o Executor advertiu a Empresa (SEI), concedendo novo prazo e informando que em nova negativa serão instaurados procedimentos administrativos para aplicação de possíveis penalidades de acordo com o estabelecido no contrato."

89. Cabe ressaltar que essa questão não é recente, como pode ser observado no processo SEI_00095-00001008_2022-41, com documento datado de 26.09.2022, o qual relata a falta de entrega dos documentos pela G P Silva. À vista disso, constata-se uma recorrência



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

no que tange à não apresentação dos documentos por parte da empresa contratada, bem como uma reiterada insuficiência de aplicação de penalidades previstas contratualmente por parte da TCB.

90. Também foram examinadas as medidas adotadas pela TCB em resposta às denúncias concernentes à qualidade dos ônibus utilizados e à prestação de serviços pela empresa G P Silva. A título exemplificativo, destacam-se alguns processos analisados nos quais foram registradas ações visando corrigir as deficiências apresentadas:

- No processo SEI_00095_00001062_2022_96, referente à inexecução contratual por parte da empresa G P Silva, consta o registro de uma visita in loco na qual foi verificado que a referida empresa disponibilizou uma quantidade de veículos abaixo do previsto, bem como a identificação de problemas mecânicos em dois deles. O processo também registra a não apresentação trimestral das certidões comprobatórias exigidas, mesmo após notificação por parte do executor do contrato. Além disso, verificou-se a inadequação da idade da frota de veículos em relação ao estipulado no contrato, bem como pendências no envio dos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo. Por fim, o Diretor-Presidente da TCB determinou a abertura de um processo administrativo sancionatório para apurar as irregularidades cometidas pela referida contratada.*
- O processo SEI_00080_00218223_2022_57 refere-se ao Memorando nº 24/2022 - SEE/CREREMAS/CEF 115, em que o Centro de Ensino Fundamental 115 do Recanto das Emas, encaminha à SEEDF as atas 95992694 e 96321065, relatando um comportamento inadequado por parte do motorista e da monitora, funcionários da empresa G P Silva, identificados pela Unidade Regional de Infraestrutura e Apoio Educacional do Recanto das Emas. Diante dessa situação, o executor do contrato solicitou a substituição imediata dos mencionados empregados.*
- O processo SEI_00080_00222848_2022_13 refere-se a um e-mail enviado por uma ex-funcionária da empresa G P Silva à UNIAE do Recanto das Emas, no qual são relatadas denúncias sobre as condições precárias da frota, atrasos no pagamento e outras situações vivenciadas por ela durante o período em que trabalhou na referida empresa. Em resposta a essas alegações, foi realizada uma visita presencial às instalações da empresa, com o objetivo de verificar as denúncias apresentadas. Durante a visita, foram registrados vídeos e fotografias que foram incluídos no referido processo.*
- Por fim, no processo SEI_00095_00000790_2022_81, constam registros de diversas ações executadas pela TCB, fornecendo informações como o número do processo, o objeto da reclamação, o número do contrato, a região administrativa e a empresa contratada, sendo a maioria delas relacionadas à G P Silva.*

91. Com base nas informações apresentadas e na análise dos demais processos, verifica-se que a TCB tomou iniciativas visando solucionar as questões identificadas nas denúncias ou em solicitações de outras Secretarias. Ainda que haja um esforço por parte da estatal em reiterar as requisições de documentos e respostas por parte da G P Silva quanto aos problemas identificados, a análise da equipe de inspeção revelou uma quantidade considerável de processos em aberto, muitos dos quais não receberam resposta por parte da contratada, resultando em uma falta de progresso. Além disso, é importante destacar que a maioria dessas ações foi conduzida de forma virtual, com um número limitado de inspeções presenciais realizadas.

92. Para concluir, é fundamental ressaltar que uma parte considerável dessas ações procedentes de denúncias foi desencadeada em resposta a solicitações específicas, indicando que a TCB está respondendo de forma reativa a demandas, ao invés de adotar uma estratégia de fiscalização proativa e previamente planejada.

2.1.3. Causas

93. Ausência de procedimentos de fiscalização bem definidos (cronograma de vistorias, checklists de vistoria, checklists de análises documentais).

2.1.4. Considerações da jurisdição



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

94. A TCB respondeu que tem adotado medidas visando garantir que a prestação de serviço ocorra em conformidade com os dispositivos legais e contratuais. No caso, afirmou que a Gerência de Transporte Escolar detalhou⁴² as providências adotadas com o objetivo de aprimorar a execução, apurar irregularidades e monitorar a prestação de serviços relacionados ao transporte escolar.

95. Quanto às medidas tomadas, foi afirmado que:

- estão sendo atualizados os checklists que serão utilizados em fiscalizações e vistorias;
- deve ocorrer mensalmente a fiscalização documental que precede o pagamento de todos os contratos de transporte escolar, e que foi alocado um executor de contrato por região atendida;
- estão sendo realizadas gestões quanto à realização de cronogramas de ações de fiscalizações, de modo a verificar a prestação de serviço e garantir a adoção de medidas que assegurem a segurança e a saúde dos estudantes;
- foram realizados dois cursos de treinamento e aperfeiçoamento para os executores de contrato⁴⁴; • providências foram adotadas no âmbito do ressarcimento dos pagamentos indevidos em relação à utilização de veículos com idade superior a 7 (sete) anos.

2.1.5. Posicionamento da equipe de inspeção

96. Quanto aos esclarecimentos apresentados, verifica-se que eles não são suficientes para afastar as irregularidades apontadas no Achado.

97. Em que pese o gestor apontar as melhorias que a TCB está realizando, percebe-se que muitas delas ainda estão em fase de elaboração ou implementação.

98. Em análise do processo SEI 00095-00000790/2022-81, as sugestões da Gerência de Transporte foram no sentido de tratar de algumas irregularidades atinentes à fiscalização da TCB. No entanto, o Despacho que aponta as medidas saneadoras data de 10.08.2022 e desde então as fiscalizações exercidas pelos executores pouco avançaram.

99. Embora seja louvável a TCB ter apurado e julgado as irregularidades da G P Silva, percebeu-se que se tratou de um caso isolado e que provavelmente só chegou a uma conclusão diante de reiterados descumprimentos. Os outros processos sancionatórios continuam sem desfecho.

100. Quanto às medidas corretivas, opina-se ser necessário que a TCB intensifique suas ações, de modo a verificar as procedências das denúncias, perquirindo eventual responsabilização da contratada, aplicando penalidades quando for o caso.

101. Já em relação às medidas preventivas, enfatiza-se a importância de um planejamento extensivo e bem estruturado para as atividades de fiscalização conduzidas pela TCB. Isso envolve a elaboração de procedimentos específicos, como um cronograma de vistorias e checklists de verificação detalhados. Cumpre salientar que essa abordagem é mais minuciosa no âmbito da auditoria, conforme evidenciado no processo 00600-00005005/2022-74, e não se encontra sob proposição no âmbito desta inspeção, dada sua natureza mais abrangente.”

23. Conforme se observa, a análise da Unidade Técnica é, **per se**, bastante contundente e elucidativa, bastando ao **Parquet** apenas reforçar alguns aspectos.

24. No entanto, antes de adentrar ao exame dos apontamentos contidos no Relatório de Inspeção, o MPC/DF destaca a existência de ações de controle no TCDF, a exemplo do Processo nº 22.926/2015, tratando da possível **ausência de competitividade** em procedimentos licitatórios para contratação de empresa especializada em serviços de gestão de transporte escolar para alunos da rede pública.

25. No processo indicado, o Ministério Público de Contas apresentou indicativos de frustração ao caráter competitivo dos certames, notadamente em razão da relação estreita e da possível atuação conjunta e coordenada de licitantes, entre as quais a **GP Silva Transporte**



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

EIRELI ME. Vale enfatizar que se trata de pessoal aparentemente ligada ao grupo empresarial cujos sócios são investigados nas **operações Trickster e Old West**, deflagradas pela Polícia Civil do Distrito Federal.

26. Volvendo o exame ao mérito da Representação nº 9/2022-G4P/ML, como visto, o Ministério Público de Contas constatou o transporte de alunos sem a autorização para transporte escolar fornecida pelo DETRAN/DF. Ademais, o MPC/DF observou a **precariedade** dos veículos utilizados pela GP Silva Transporte EIRELE ME para execução do serviço de transporte escolar, em desacordo com a obrigação da contratada manter os veículos em bom estado de conservação/limpeza, adequados ao transporte escolar e em consonância com as normas de segurança estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro e legislação complementar.

27. Quantos aos pontos centrais da análise, semelhante ao verificado pelo Órgão Ministerial de Contas, mediante fiscalização **in loco** realizada na garagem da contratada e no acompanhamento dos itinerários do Contrato nº 07/2021 na Colônia Agrícola 26 de Setembro, o Corpo Instrutivo **observou condições inadequadas dos cintos de segurança, superlotação e extintores de incêndio irregulares, entre outras impropriedades.**

28. Assim sendo, consoante sinalizado na Exordial, afora os fatos que pesam contra a GP Silva, restou **descumprida a obrigação** da entidade contratante de **conferir a qualidade dos serviços prestados**. Nesse sentido, fixa a Cláusula Nona do ajuste que, na hipótese de má prestação do serviço, é dever da contratante **aplicar sanções**, tais como multas, e até mesmo promover a rescisão do contrato em caso de inexecução total ou parcial dos serviços, e ainda pelo não atendimento da pontualidade do fornecimento do transporte escolar.

29. Quanto ao cenário constatado, de acordo com o apurado pelo Corpo Técnico, a situação indesejável identificada decorre da **manutenção inadequada e insuficiente executada pela GP Silva nos veículos** empregados na prestação dos serviços, da **precária fiscalização realizada pela TCB** e da **insuficiência de veículos para atender a demanda de alunos**.

30. Imperiosa, portanto, a atuação do TCDF. Os contratos administrativos estão jungidos aos princípios da eficiência e da legalidade, sendo mister da Corte de Contas local examinar a **regularidade** e a **legitimidade** dos pagamentos efetuados em favor dos particulares que contratam com órgãos e entidades que integram a estrutura administrativa do Distrito Federal, em consonância com os arts. 37 e 70 da Constituição Federal, bem como a vista do art. 1º, § 3º, da LC distrital nº 1/1994.

31. A esse respeito, é sabido que o sucesso nas contratações públicas se sustenta em três pilares, dependentes e interrelacionados, quais sejam: **i) planejamento adequado da contratação**, ou seja, projeto básico/termo de referência bem elaborado; **ii) procedimento de contratação idôneo** em que sejam observados todos os princípios legais e constitucionais de regência da matéria; e **iii) fiscalização precisa da execução do objeto contratado.**

32. Oportuno reforçar que o regime jurídico aplicável aos contratos administrativos confere ao Poder Público a prerrogativa de fiscalizar a execução dos objetos pactuados, consoante o art. 58, III, da Lei nº 8.666/1993, vigente à época da contratação, também conhecida como cláusula exorbitante. Vê-se que **não se trata de uma faculdade conferida à Administração**, mas sim de um dever, conforme entendimento doutrinário há muito sedimentado. No entanto, ao que tudo indica, **essa prerrogativa tem sido exercida de maneira bastante fragilizada na espécie,**



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

culminando na prestação de serviço indiscutivelmente inadequado e que **coloca em risco a incolumidade dos estudantes transportados pela GP Silva Transporte EIRELI ME.**

33. Com efeito, a escorreita fiscalização das avenças celebradas pelo Poder Público representa a garantia de que o que foi acordado para com a Administração será, de fato, realizado. Qualquer falha nesse mister, isto é, na fiscalização/execução, tende a comprometer o cumprimento da finalidade pública a que a Administração está vinculada. Daí a Lei nº 8.666/1993 exigir a designação formal de um executor de contrato para o acompanhamento de sua execução, conforme redação do seu art. 67.

34. Na mesma linha apregoa o **item 4.1** da Cláusula Quarta do ajuste em exame:

“4.1- A CONTRATADA deverá dar executar fielmente o serviço contratado na data a ser informada pela CONTRATANTE.”

35. Ademais, é cediço que ao executor do contrato incumbe a atribuição de verificar a correta prestação do serviço e, em caso de descumprimento pela contratada das obrigações pactuadas, sugerir a aplicação das sanções estabelecidas no contrato, podendo, inclusive, promover os descontos das multas eventualmente aplicadas pela Administração, ao abrigo do contraditório e da ampla defesa, uma vez que a aplicação de sanção, evidenciado o descumprimento contratual, **não se trata de ato discricionário.**

36. **In casu**, a falha na prestação do serviço e na fiscalização contratual pode gerar consequências graves para os alunos usuários do serviço, seja porque se inserem num ambiente inseguro, com risco à sua incolumidade física, seja porque não conseguem exercer, em sua plenitude, um direito que lhes é constitucionalmente assegurado, que é o da educação. Essas consequências também podem alcançar o Distrito Federal, que pode responder solidariamente por eventuais prejuízos que os discentes sofram em razão da execução irregular dos serviços.

37. Nesse ponto, não se pode olvidar que o Estado deve zelar pela guarda, vigilância e proteção dos estudantes no período em que estiverem nas unidades da rede pública de ensino local ou no transporte contratado pelo Poder Público, respondendo **objetivamente** por eventuais danos sofridos pelos educandos, inclusive daquelas decorrentes de omissão¹.

38. Nesse sentido, dada a condição de **garante** assumida pelo Estado e a proteção constitucional à vida e à integridade, não há como admitir a colocação de estudantes em veículos sem condições adequadas de funcionamento. Certo é que o Distrito Federal deve adotar todas as cautelas para que situações como as narradas na Representação e confirmadas na inspeção realizada pelo Órgão Técnico não voltem a ocorrer, notadamente com crianças, adolescentes e jovens, os quais devem ter seus direitos assegurados, **com absoluta prioridade** pelo Estado, a teor do que dispõe o art. 227 da CF/1988.

39. Nesse contexto, o **Parquet** especial entende que, confirmados os fatos mencionados na presente peça vestibular, que indicam a ocorrência de inúmeras irregularidades e evidenciam o descumprimento de aspectos indispensáveis de segurança dos estudantes, conforme o acervo probatório já apresentado, há indiscutível afronta aos princípios da legalidade e da eficiência.

40. Cediço que as justificativas apresentadas pelas jurisdicionadas, centradas em medidas prospectivas, não possuem o condão de afastar a conclusão de que a prestação do serviço

¹ STJ, AgInt no AREsp nº 891.249/RJ, Terceira Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 27/10/2017.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

e a condição dos veículos não se encontravam em conformidade com os dispositivos legais e contratuais. Dessarte, mister se faz o reconhecimento da **procedência** da Representação nº 9/2022-G4P/ML.

41. Quanto aos ajustes mencionados na Representação, no que concerne ao Contrato nº 07/2021, consta dos autos a informação de que **todos os itinerários foram suspensos em agosto de 2022. Em substituição**, a entidade entabulou o **Contrato nº 15/2023** com a Essencia Serviço em Logística Empresarial, para prestação do serviço na região de Taguatinga.

42. Além disso, a TCB, em sua manifestação, sublinhou que os Contratos nº 01/2021 e 44/2021, entabulados, respectivamente, em 3/2021 e 12/2021, para vigorar por um **período de 30 meses, não seriam renovados**, devido à sanção aplicada à G P Silva de **suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a TCB por 12 (doze) meses**. Acrescentou que será necessário realizar um novo processo licitatório.

43. Considerando essas medidas, o Órgão Ministerial de Contas coaduna com a proposta apresentada pela equipe de inspeção, no sentido de determinar à TCB que adote as providências necessárias para que a GP Silva Transporte EIRELI ME **corrija** as deficiências apontadas nos veículos do Contrato nº 44/2021, priorizando aquelas que possam comprometer a segurança dos estudantes.

44. É **inadmissível** que o serviço esteja sendo prestado com as inúmeras irregularidades identificadas. Como narrado mais acima, é premente que a TCB, por meio do executor do contrato, **adote imediatamente as medidas necessárias para a solução dos problemas**, devendo, como consequência, **instaurar processo administrativo visando à aplicação de sanção à contratada, à luz do que dispõe os contratos em vigor**, sob pena de, não o fazendo, incorrer o agente público em **responsabilização por omissão**. Deverá a TCB, ainda, comunicar o TCDF, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas, **a fim de que a Corte possa acompanhar o deslinde de suas determinações, inclusive, em acréscimo, aquela relacionada à aplicação de sanção à contratada, informando-se o número do(s) processo(s) instaurado(s) e o seu estágio**.

45. Além disso, deve a entidade indicar ao DETRAN-DF os veículos que oferecem alto risco de segurança aos alunos, para que sejam adotadas as ações cabíveis, bem como intensificar as medidas corretivas em resposta às denúncias sobre a qualidade dos ônibus e a prestação de serviços, **perquirindo de modo célere a responsabilização da contratada**, quando for o caso, e aplicando as devidas penalidades.

46. Ante o exposto, o MPC/DF, com o acréscimo constante do parágrafo 44, **converge** com as sugestões exaradas no Relatório Final de Inspeção nº 01/2024.

É o Parecer.

Brasília, 4 de março de 2024.


Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador